

Relações Brasil-EUA podem ter ganhado complicadores, mas importa, de fato, o que se pensa e se faz fora dos governos.

Por **Carlos Eduardo Lins da Silva**, para o Valor, de Washington

# Depois da não visita

**S**e os documentos secretos do governo americano sobre a espionagem por ele praticada no Brasil não tivessem sido revelados ao público, nesta sexta-feira estaria terminando a visita de Estado da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, a única desse tipo programada para o ano de 2013 em Washington. Uma visita de Estado se diferencia das demais principalmente pelo seu ar de maior solenidade: recepção com a presença de banda militar, revista de tropas, jantares de gala. Também costuma simbolizar uma elevação no nível de qualidade da relação bilateral.

Mas nem sempre resultam grandes decisões. A última visita de um presidente brasileiro, de Fernando Henrique Cardoso, em abril de 1995, não deu em muita coisa, além das coreografias habituais. Os grandes temas entre os dois países na época eram propriedade intelectual e comércio e em nenhum dos dois a visita teve consequência significativa.

Na entrevista coletiva em que avaliou a visita, FHC disse: “Eu queria esse relacionamento direto para mostrar que o Brasil tem rumo, sabe para onde vai. Não viemos pedir nada, nem exigir nada. Viemos expor pontos de vista e ouvir opiniões”.

É bem possível que o encontro entre Dilma Rousseff e Barack Obama nesta semana também tivesse acabado apenas com frases gentis e de efeito, como, aliás, ocorreu no mais recente encontro entre eles, em abril de 2012. A tendência nas relações entre Brasil e Estados Unidos tem sido a de serem bem mais concretas e produtivas na esfera da sociedade (entre empresas, pessoas, universidades, associações de classe, sindicatos, artistas, esportistas) do que na do governo.

No campo da diplomacia tradicional, entre Estados, as coisas não têm sido fáceis no diálogo entre Brasília e Washington há já algum tempo, apesar dos vínculos fortes e antigos que unem as duas nações e da aparente simpatia recíproca nutrida entre dois pares de presidentes (FHC e Bill Clinton e Lula e George W. Bush). Primeiro, porque o Brasil nunca esteve nem perto do topo na lista de prioridades da política externa dos sucessivos governos americanos. Segundo, porque desde a chegada de Lula ao poder os Estados Unidos deixaram de estar entre as prioridades máximas da política externa brasileira. Terceiro, porque o incidente do “Acordo de Teerã”, de 2010, que Brasil e Turquia costuraram para tentar resolver o impasse internacional referente ao programa nuclear iraniano, provocou desconfianças re-

cíprocas entre os governos dos dois países que ainda não foram superadas.

O episódio da espionagem só veio adicionar ainda mais suspeitas e ressentimentos, que deverão exigir ainda mais tempo e boa vontade (que neste momento não parece existir em nenhum dos dois lados), para que as coisas voltem ao patamar de “normalidade” anterior. Apesar disso tudo, havia uma expectativa de que a visita de Estado de Dilma pudesse provocar alguns avanços. Afinal, os Estados Unidos tinham grande esperança de que a venda de caças Boeing F/A-18 Super Hornet ao Brasil pudesse se concretizar.

Também havia indícios de que, embora sem nenhuma chance de apoio formal de Washington à antiga aspiração brasileira de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos pudessem expressar de maneira mais substantiva sua simpatia ao pleito, como Obama fez em relação à mesma ambição da Índia, em 2010.

Mas esses dois assuntos, que estariam seguramente na agenda de Obama e Dilma se tivessem se encontrado nesta semana, agora estão em suspenso por tempo indefinido, até que o mal-estar provocado pela revelação da espionagem da NSA seja superado.





Depois do episódio da espionagem, serão necessários ainda mais tempo e boa vontade para que as coisas voltem à "normalidade" nas relações entre os dois países

Os dois chefes de Estado não demonstram, pelo menos por enquanto, estar dispostos a fazer nenhum esforço para apressar uma solução para o impasse atual.

Do lado da Casa Branca, como indica sua reação nesta semana aos protestos da França e do México pelos mesmos motivos do Brasil, a estratégia parece ser considerar que espionagem é um fato da vida internacional: todo mundo faz, todo mundo sabe que é feita, e não há razão para ninguém se mostrar ofendido. Pode ser verdade que as coisas sejam assim, mas pode ser difícil aceitar cinismo desse porte em relações binacionais. Do lado do Palácio do Planalto, não deve servir de consolo perceber que outros países tradicionalmente aliados dos Estados Unidos estejam sendo tratados por Washington de modo similar ao que dispensam a Brasília e, para o público interno, que é o que mais importa, especialmente a um ano da eleição, o jeito duro de Dilma responder a Obama é visto com admiração.

Assim, embora se mantenha o discurso de que a visita de Estado ainda será remarçada, é improvável que ocorra em 2014. E, depois disso, tudo depende de tantos fatores, que fica difícil demais fazer previsões. O indiscutível é que brasileiros e americanos continuarão a viajar entre os dois países e a negociar entre si, independentemente do

que façam seus governantes, porque se consideram reciprocamente importantes.

E, por mais que seus dirigentes não se entendam ou não se gostem, não podem deixar de reagir às demandas de seus cidadãos. Turistas brasileiros continuarão a visitar os Estados Unidos em grande quantidade e muitos americanos virão para a Copa do Mundo em 2014, bolsistas do Ciência sem Fronteiras manterão os Estados Unidos como destino mais frequente do programa, empresas americanas colocarão, como sempre, o mercado do Brasil entre suas prioridades, enquanto o poder de compra aqui for atraente, e assim por diante.

Como nenhum dos dois governos opera sua política externa com base em principismo ideológico ou religioso, o pragmatismo os forçará a tomar medidas que atendam às demandas das duas sociedades, como ocorreu no ano passado, quando os Estados Unidos resolveram reabrir consulados no Brasil para atender melhor aos brasileiros que pedem vistos de turista.

A pressão de empresários dos dois países pode também fazer avançar processos há muito travados, como o de um acordo para acabar com a bitributação ou para diminuir ou eliminar entraves alfandegários que atrasam e encarecem o comércio bilateral. Todas as pessoas responsáveis que possam ter in-

fluência sobre a tomada de decisões governamentais na área das relações internacionais de Brasil e Estados Unidos sabem da importância desses dois países um para o outro e ninguém cogitaria seriamente ameaçar o bom diálogo entre eles.

Apesar dos arroubos retóricos eventuais de próceres do atual governo brasileiro e da olímpica indiferença com que o americano vem tratando as reclamações de Brasília referentes ao caso específico da espionagem, esse problema também será superado porque os interesses materiais e a posição geopolítica de Brasil e Estados Unidos são suficientes para forçar o entendimento. O custo de um distanciamento excessivo seria alto demais.

Quanto mais os governos prestarem atenção ao que as sociedades estão fazendo em conjunto e menos atrapalharem essas relações nos múltiplos campos em que ocorrem, mais rapidamente os laços entre eles serão restabelecidos. E, mesmo que não voltem a sê-lo com a intensidade que já tiveram, isso talvez não importe tanto.

**Carlos Eduardo Lins da Silva** é livre-docente e doutor em comunicação pela USP, mestre em comunicação pela Michigan State University e editor da revista "Política Externa"